

# Difícil aprovação do Congresso. Pode sair decreto-lei?

Parlamentares não querem votar o pacote em prazo exíguo. O líder do governo, Pimenta da Veiga, não descarta a possibilidade de serem baixados os decretos.

Difícilmente o Executivo conseguirá a aprovação do Congresso para o pacote econômico na forma como foi preparado, e menos ainda até o início do recesso parlamentar (com início no dia 5). Ontem, o pedido de urgência para a tramitação dos três projetos de lei que constituem o pacote foi repudiado por todos os partidos, com exceção do PMDB e PFL. Não houve quórum para votação.

O PDS prometeu obstruir os trabalhos e sugerir a convocação extraordinária do Congresso entre os dias 5 e 20 de dezembro. Ao mesmo tempo, o líder governista, Pimenta da Veiga, admitia a possibilidade de o presidente José Sarney usar decretos-leis para baixar o pacote, caso o Legislativo não o aprove.

Indagado sobre esta possibilidade, Pimenta da Veiga respondeu: "Sobre esse assunto, não tenho absoluta condição de responder. A Constituição habilita o presidente a legislar por decreto-lei, todos nós sabemos. Mas se ele vai fazer ou não vai fazer, é decisão de sua exclusiva competência".

Muitos deputados do PMDB chegaram a sugerir a Pimenta da Veiga a utilização do projeto de emergência sobre filiação partidária como elemento de barganha para forçar os partidos menores (PT, PDS, PTB, PDT, PCB, PC do B e PL) a aprovarem o pacote. Segundo proposta do deputado Horácio Ortiz (PMDB-SP) a Pimenta da Veiga, caso estes partidos não apóiem as medidas do Executivo, "o Sarney baixa decreto-lei do pacote e o prazo de filiação ficaria como está na lei: 12 meses" (o prazo de filiação para disputa das próximas eleições terminou dia 15 passado). Diante da sugestão, Pimenta da Veiga respondeu: "Você é o 30º companheiro que fala nisso".

## Perda de confiança

Procedimentos como este estão trazendo grande desgaste para o governo. Também foi muito criticado o prazo muito curto para que os parlamentares estudem e votem os projetos, um dos quais parecia conter um erro bastante grosseiro: abre a possibilidade de a União perder o controle acionário da Petrobrás.

Ao comentar o projeto que regulamenta a venda de ações das estatais (o Executivo vai pedir o projeto de volta), o líder do PDT, Nadir Rossetti, mostrou-se irritado: "Diante disso não se pode mais confiar tanto nesse governo".

A possibilidade de quebra do controle acionário da Petrobrás foi descoberta pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS), que a comunicou ao deputado Alberto Goldman (PCB-SP). A partir daí, Goldman e também o líder do PDS, Amaral Neto, atacaram duramente o projeto em plenário. Amaral Neto disse que a tramitação em regime de urgência permitiria a aprovação de "alguns absurdos como o artigo que acaba com o controle acionário da Petrobrás pelo governo". Argumentou que, assim como foi descoberto "este absurdo", outros poderão ser identificados num exame mais calmo. No final, o líder do governo, Pimenta da Veiga, acabou admitindo que o projeto "tem imperfeições", e retirou o pedido de urgência.

Para análise mais aprofundada dos três projetos, disse Amaral Neto, não haverá necessidade de um mês de convocação extraordinária do Congresso, "pois em 15 dias poderíamos esgotar o assunto. Mas a providência é necessária. Se o líder do governo, Pimenta da Veiga, admite desconhecimento e foi enganado em relação ao assunto (Petrobrás), o que diremos nós que somos oposição?"

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que assumiu ontem interinamente a Presidência da República, voltou a manifestar preocupação com a exatidão de tempo. Mas ele acha que o assunto poderá ser votado antes do dia 5. "Até segunda-feira, os parlamentares estarão mais enfiados no problema e poderão votar." Ulysses deverá partir no dia 6 para uma viagem de 20 dias à China. Diante da proposta de Amaral Neto para a convocação extraordinária, ele afirmou: "Você continua sendo um problema. Então vocês (do PDS)

não querem votar nada. Só querem é torpedear".

## Prorrogação

Por sua vez, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, admitiu a prorrogação dos trabalhos por uma semana, na hipótese de o PDS cumprir a promessa de obstrução. "Não será por falta de tempo, em razão da proximidade do recesso, que deixaremos de deliberar sobre matérias da importância das que estamos para votar."

Ele previu que as lideranças da Aliança Democrática deverão sugerir ao presidente Sarney a convocação extraordinária do Congresso, caso não haja tempo para a votação da pauta até o início do recesso.

Carlos Chiarelli e o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, passaram o dia de ontem telefonando para suas bancadas, pedindo o comparecimento dos parlamentares segunda-feira, às 10 horas, para o reinício das votações. Na Câmara, segundo José Lourenço, não se cogita, por enquanto, em convocar extraordinariamente o Congresso, mas não afastou essa possibilidade. "Nós queremos votar e estamos fazendo um esforço para que tudo seja feito no prazo regimental."

Um dos itens mais polêmicos da próxima semana, o que trata do prazo de filiação partidária, não foi ainda resolvido pela Aliança Democrática. O PFL, que defendia a manutenção do prazo atual de 12 meses, negociou, no decorrer da semana, oito meses com o PMDB e acabou ontem se fixando em seis meses, como querem os pequenos partidos e uma grande parcela do PMDB. Contudo, o líder Carlos Chiarelli informou que a sua bancada votará os oito meses, prazo estipulado num acordo de lideranças.

## Muitas críticas

Ontem, as galerias do Congresso quase repletas dos chamados "tabelistas" no serviço público federal — à espera de que fosse votado um projeto de seu interesse — aplaudiam os oradores, concordando com as críticas à Nova República. "Alguém desavisado — observou o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) — podia até imaginar que a galeria está com saudade de Newton Cruz, Abi-Ackel e Delfim Neto." Foi inicialmente vaiado, mas depois acabou aplaudido.

Os discursos contra o pacote sucediam-se. Irma Passoni (PT-SP) disse que o Executivo pretende impedir o Congresso de discutir a matéria. Os projetos integrantes do pacote deveriam, segundo ela, ser examinados pelas comissões técnicas da casa. Em regime de urgência, porém, isso não acontece. Os pareceres são dados em plenário por relatores especiais, designados pela Mesa. Haroldo Lima (PC do B) condenou a pressa no exame do pacote. Jorge Arbage (PDS-PA) comentou o editorial de ontem de O Estado de S. Paulo, pedindo sua transcrição nos anais.

Pouco antes das 12 horas, Ulysses Guimarães informou ao plenário que passaria a presidência dos trabalhos ao 2º vice-presidente, deputado Carlos Wilson, porque dali a pouco o presidente José Sarney estaria atravessando a ponte para entrar em território argentino e ele, Ulysses, como substituto constitucional, estaria automaticamente investido no cargo de presidente da República. Por isso, como chefe interino de outro poder, não podia permanecer em plenário.

— Senhor presidente — disse-lhe Adail Vettorazzo, enquanto ele deixava a mesa —, aproveito para fazer-lhe um apelo: já que agora v. exa. se investe no cargo de presidente da República, retire a urgência dessa matéria.

— Faço um apelo ao presidente da República, que se encontra ainda neste plenário: que convoque extraordinariamente o Congresso, para podermos examinar com mais tempo essa matéria — disse por sua vez Roberto Jefferson (PTB-RJ).

— Senhor deputado — interveio Carlos Wilson, informo que o presidente Ulysses Guimarães ainda não é o presidente da República. Ele só o será daqui a meia hora, quando o presidente Sarney entrar na Argentina.